SERVIDOR PÚBLICO — ACUMULAÇÃO DE CARGOS — REMUNERAÇÃO

— É vedada a titularidade simultânea de dois cargos ou empregos públicos, mesmo estando o servidor licenciado de um deles, sem percepção de remuneração.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Proc. 16.395/96

GRUPO I — CLASSE IV — 1ª CÂMARA
TC-016.395/96-4

ASSUNTO: Admissão — Destacado

ÓRGÃO: Tribunal Regional do Trabalho
no Rio de Janeiro — 1ª Região

INTERESSADO: Ronaldo Cortese

EMENTA: Admissão. Servidor licenciado para tratar de interesses particulares. Posse em novo cargo. Acumulação vedada pelo art. 37, inciso XVI e XVII, da CF. Ilegalidade do ato de admissão, negando-lhe registro.

Trata-se de admissão de servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

O Órgão de Controle Interno emitiu parecer pela legalidade.

A 2ª Secex, após a realização de diligências saneadoras ao TRT da 1ª Região e ao TRF da 2ª Região (fls. 03/04 e 06), elaborou a instrução de fls. 35/36, consignando que, na análise dos documentos recebidos em cumprimento às diligências, constatou que o Sr. Ronaldo Cortese, quando servidor do TRF da 2ª Região, esteve em gozo da licença para tratar de interesses particulares, de 30/03/1993 a 30/03/1995, sendo exonerado a partir do dia seguinte, não tendo portanto recebido remuneração durante esse período.

Informa a instrução que o Órgão de Controle Interno do TRT — 1ª Região remeteu àquela Unidade Técnica os documentos de fls. 11/33, cuja análise permitiu a constatação de que o interessado obteve frequência integral entre 30 de novembro de 1994 a 31 de março de 1995, tendo sido desligado em 09 de agosto daquele ano.

Ressalta que *esta Corte de Contas já se posicionou no sentido de não ser permitida a titularidade simultânea de dois cargos ou empregos públicos, mesmo estando o servidor licenciado de um deles sem percepção de remuneração* (Decisão nº 308, Ata nº 37/95 — 2ª Câmara). O servidor da administração direta ou indireta, em licença para tratar de interesses particulares, permanece na titularidade do cargo e, ao tomar posse em outro cargo

inacumulável, encontrando-se nessa situação, incide na acumulação vedada pelo artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Conclui a instrução propondo que este Tribunal considere *ilegal o ato de admissão, negando-lhe registro*, por contrariar o art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal, com dispensa da devolução dos valores recebidos pelo servidor em razão do trabalho prestado (Decisões da 2ª Câmara de nº 127, Ata nº 18/95, 253, Ata nº 31/95; 273, Ata nº 32/95), não cabendo direito de opção, uma vez que já ocorreu o seu desligamento, conforme documento emitido pelo Sisac à fl. 34.

O Ministério Público aquiesce à proposição da 2ª Secex.

É o Relatório.

VOTO

Os elementos apresentados na instrução demonstram que ocorreu acumulação indevida de cargos públicos durante o período de 30/11/94 a 31/03/95. O fato de o servidor encontrar-se em gozo de licença para tratar de interesse particulares não o habilita a tomar posse em outro cargo ou emprego públicos sem incidir no exercício cumulativo vedado pelo artigo 37 da Constituição Federal, pois que o *instituto da acumulação de cargos se dirige à titularidade de cargos, empregos e funções públicas, e não apenas ao recebimento de vantagens pecuniárias*.

Nessas condições, e acolhendo as conclusões uniforme, VOTO por que este Tribunal adote a DECISÃO que submeto à Primeira Câmara.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1998
CARLOS ÁTILA ÁLVARES DA SILVA
Ministro-Relator

DECISÃO Nº 208/98 — TCU — 1ª CÂMARA

1. Processo nº 016.395/96-4.

2. Classe de Assunto; IV — Admissão — (destacado).

3. Interessado: Ronaldo Cortese.

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho no Rio de Janeiro — 1ª Região

5. Relator: Ministro Carlos Átila Álvares da Silva.

6. Representante do Ministério Público. Dr. Lucas Rocha Furtado, Subprocurador-Geral.

7. Unidade Técnica: 2ª Secex.

8. Decisão: O Tribunal de Contas da União, por sua Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

8.1. considerar ilegal a admissão e recusar registro ao respectivo ato; e

8.2. dispensar a devolução dos valores re-

cebidos pelo servidor, em razão do trabalho prestado.

9. Ata nº 21/98 — 1ª Câmara.

10. Data da Sessão: 30/06/1998 — Ordinária.

11. Especificação do *quorum*:

11.1. Ministros presentes: Humberto Guimarães Souto (na Presidência), Carlos Átila Álvares da Silva (Relator) e o Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha.

HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO

na Presidência

CARLOS ÁTILA ÁLVARES DA SILVA

Ministro-Relator